

Assembleia vota hoje normas provisórias

O plenário da Constituinte vota hoje, a partir das 15 horas, as normas provisórias que vão regulamentar o seu funcionamento até a aprovação do regimento interno definitivo. Após a votação do documento, os constituintes passarão a examinar o projeto de normas comuns, também elaborado pelas lideranças partidárias na Câmara e no Senado. O regimento deverá ficar pronto até o dia 24, segundo o cronograma estabelecido na reunião dos líderes, realizada ontem pela manhã.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), fez, da tribuna da Constituinte, o anúncio da elaboração das normas provisórias e do projeto de regimento interno, sem, no entanto, distribuir as propostas aos constituintes. Assim como Cardoso, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, defendia a aprovação do conjunto de normas ainda naquela sessão. Diante dos apelos para que a votação da proposta fosse adiada por 24 horas para que os parlamentares pudessem tomar conhecimento do seu conteúdo, Ulysses concordou em somente colocar o documento em votação na reunião de hoje.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, as normas provisórias são o resultado do consenso absoluto de todos os partidos presentes à reunião de ontem «dos maiores aos menores». Ele explicou que a proposta é um conjunto de normas claras e democráticas estabelecidas para que o debate flua normalmente. «Nesta fase inicial, as normas provisórias visam repetir os regimentos de quaisquer organizações com pontos de vista

diferentes permitindo a organização do debate», esclareceu o senador.

Ele lembrou que na atual situação, quando a Constituinte não é regulamentada por qualquer norma, «nós estamos entregues aos poderes do presidente da Constituinte», e por isso temos que aprovar logo as normas para que o presidente tenha poderes democráticos. Ulysses Guimarães pediu também aos constituintes que aprove as normas provisórias com urgência porque ele é contra a presidência estar investida de um arbítrio que não deseja.

Regimento

O senador Fernando Henrique Cardoso também apresentou um cronograma para o exame e aprovação do regimento interno da Constituinte. A proposta seria apresentada hoje, em plenário, e os constituintes teriam até segunda-feira para apresentar emendas à matéria. Os dias 10 e 13 seriam reservados para que o relator elaborasse o texto ainda a ser aprovado em plenário. Os constituintes teriam os dias 14 e 15 para examinar o parecer e de 16 a 22 para discutir o assunto, em plenário. A votação, por maioria absoluta, está marcada para os dias 23 e 24, portanto, a Constituinte gastaria 20 dias para preparar o seu regimento interno.

As normas provisórias e a proposta de regimento comum não foi subscrita substantivamente por nenhuma liderança: «Eu mesmo sou contra muitas normas, explicou o líder do PMDB — mas temos que discutir-las o mais rápido possível para que nós tenhamos um instrumento para trabalhar».



Secretariado será indicado por presidente

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, deverá indicar hoje os cinco secretários previstos no regimento interno provisório da Assembleia, para auxiliá-lo no rodízio das sessões plenárias e nas demais funções da Presidência. Ele considerou «natural» que os constituintes tenham pedido tempo para examinar melhor a proposta provisória, mas disse esperar que o assunto seja resolvido hoje, para que a Assembleia Constituinte funcione «dentro das regras específicas, como vem ao regime democrático».

O líder do PMDB do Senado, Fernando Henrique Cardoso, que participou da elaboração do regimento provisório, esclareceu que a escolha dos cinco secretários será suprapartidária, porém, informal, devendo haver uma alternância de nomes, em função das disponibilidades dos escolhidos. Já se fala contudo, nos deputados Humberto Souto (PFL/MG), vice-presidente da Câmara, e Prisco Viana (PMDB/BA), que tem larga experiência regimental.

O presidente Ulysses Guimarães fez questão de ressaltar que a proposta definitiva de regimento interno é apenas um documento de orientação dos constituintes, «para não haver arbítrio», e que cada um poderá oferecer os reparos e emendas que julgar conveniente, para aperfeiçoar as normas da Assembleia.

PC do B tem adesão de 3 peemedebistas

Três deputados peemedebistas — Aldo Arantes (GO), Eduardo Bonfim (AL) e Célio Castro (MG) — devem formalizar, ainda hoje, sua filiação ao PC do B. Com isso o partido, que elegeu três deputados nas últimas eleições em legenda própria, passará a contar com uma bancada de seis parlamentares na Constituinte.

O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), que de ser reconduzido ao cargo, segundo informação de Arantes e Bonfim, declarou que sua legenda poderá conquistar outros nove deputados peemedebistas ligados a seu partido. Com isso, o PC do B passaria a contar em seus quadros com 15 constituintes.

Quanto ao fato de deses parlamentares que hoje se filiam ao partido terem concorrido na legenda do PMDB, o secretário-geral do PC do B, João Amazonas, não acha o fato incongruente. «Foi uma contingência desse fim de legislação autoritária» — afirmou, indagado se ainda restam outros deputados comunistas dentro do PMDB, Amazonas respondeu: «Só Deus sabe». Segundo ele, esses comunistas filiados ainda ao PMDB durante a eleição não enganaram o eleitor. «Fizeram campanha aberta, aparecendo nos programas de televisão do PC do B defendendo nossa carta programática. Então, não houve dúvida do eleitor na hora de votar — argumentou.

Contudo, o deputado Roberto Cardoso Alves (SP), membro da Executiva Nacional do PMDB, declarou que o gesto de comunistas terem se candidato pelo PMDB enquanto já possuíam legenda própria, constitui-se «em esperteza eleitoral. O eleitor votou em Herodes pensando que era Pilatos».

Para Garcia, Presidência é tema futuro

Belo Horizonte — O governador Hélio Garcia revelou ontem em entrevista no Palácio da Liberdade, que aguardará a época oportuna — «depois que a Constituinte fixar o mandato do presidente da República» — para avaliar suas possibilidades como candidato à sucessão do presidente José Sarney. «Vamos ver. Vamos trabalhar, na época oportuna», disse Hélio Garcia, brincando: «Primeiro eu tenho que saber se tenho voto».

Garcia voltou a defender a fixação de um mandato de quatro anos para o presidente da República, com direito à reeleição. E defendeu que esta definição deve ser dada pela Assembleia Nacional Constituinte, sem atender a interesses pessoais de qualquer candidato e, por extensão, dos políticos interessados em sua ascensão.

«Temos que abolir definitivamente os casuísmos. Estamos diante de uma Constituição que deve ser democrática e duradoura. Portanto, devemos deixar de lado os casuísmos, afirmou.



Ulysses fez seu primeiro discurso como presidente constituinte

Ulysses afirma que injustiça gera crise

No seu primeiro discurso formal como presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães começou evocando seu conterrâneo Prudente de Moraes, que presidiu a Assembleia Nacional Constituinte de 1890, rogando a Deus que seu «ofício de coordenador isento da Constituinte seja modelado na austeridade e na competência do exemplar republicano».

Para Ulysses, «é um parlamento de costas para o passado este que se inaugura hoje para decidir o destino constitucional do país». E prosseguiu: «Temos nele uma vigorosa bancada de grupos sociais emergentes, o que lhe confere nova legitimidade na representação do povo brasileiro». Ele manifestou sua alegria de ver tantas mulheres e jovens na Constituinte.

«Esta assembleia» — continuou — «redine-se sob um mandato imperativo: o de promover a grande mudança exigida pelo nosso povo. Ecom nesta sala as reivindicações das ruas: A nação quer mudar, a nação deve mudar, a nação vai mudar». E completou: «Estamos aqui para dar a essa vontade indomável o sacramento da lei. A Constituição deve ser — e será — o instrumento jurídico para o exercício da liberdade e da plena realização do homem brasileiro».

Segundo Ulysses «toda a história política tem sido a luta do homem para realizar, na terra, o grande ideal de igualdade e frater-

nidade». Para ele, vencer as injustiças sem violar a liberdade é um projeto inseparável da existência humana, e que se cumpre a cada dia que passa. A seu ver, «a grande maioria de que dispomos nesta Casa constitui garantia bastante de que faremos uma Constituição para a liberdade, para a justiça e para a soberania nacional».

Injustiça

Após afirmar que «todos os nossos problemas procedem da injustiça», acrescentou que não é só a injustiça interna que dá origem aos nossos dramáticos desafios, mas também a espoliação externa.

No discurso, Ulysses pregou, também, a modernização da economia, a função social, a propriedade e afirmou que «a segurança será sempre precária onde houver o clamor dos oprimidos», que as ideias simples representadas pelas palavras «liberdade, soberania e justiça» alicerçaram a construção das maiores nações da história, para lembrar, em seguida, que «elas serão o âmago da nossa razão comum no trabalho de dotar a nação de nova e legítima carta política».

Afirmou ele que a liberdade política e a Federação foram e continuam sendo os destinos que os grandes pensadores políticos do passado escolheram para o Brasil, e ressaltou a importância da educação, ao dizer que «não há um só exemplo de nação forte sem um bom sistema de educação».

Constituintes já faltam

Dos 559 constituintes, 144 já faltaram à terceira sessão da Constituinte realizada ontem. As ausências podem ser consideradas preocupantes, uma vez que na reunião de segunda-feira somente 34 parlamentares deixaram de comparecer e apenas Antero de Barros (PMDB-MT) não participou da cerimônia de instalação, no domingo.

Apesar das ausências, a sessão de ontem foi marcada pelo discurso do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e pelo início das discussões sobre as normas provisórias que vão reger os trabalhos da Assembleia até a aprovação do seu regimento interno.

Imediatamente após o encerramento de sua fala, Ulysses Guimarães tratou de colocar em pauta a questão das normas comuns da Constituinte. Treze constituintes usaram da palavra para discutir o assunto, muitos deles, com suas intervenções, já fazem prever que os líderes partidários terão muito trabalho para coordenar suas bancadas.

De qualquer maneira, Ulysses não teve muito trabalho para presidir a primeira reunião de trabalho dos constituintes. O único contratempo, na verdade, ocorreu por falta de energia elétrica no plenário o que obrigou o presidente a suspender a sessão duas vezes.

Proposta de dissolver a executiva divide o PFL



Palmeira quer eleição

Nacional é necessária. O senador Guilherme Palmeira já tentou deflagrar o processo, mas foi dissuadido por ministros e parlamentares contrários à ideia. O líder pefelista no Senado frisa que a convocação de eleições para a Executiva Nacional só depende de Palmeira. Segundo ele, se o presidente licenciado pedir demissão do cargo sozinho, não haverá eleição. Entretanto, se o senador alagoano insinuar que sua demissão implica na dissolução da chapa com ele eleito, o pleito será realizado.

Enquanto o líder do partido da Câmara, deputado José Lourenço, tenta desarticular o movimento, declarando que não existe nenhum processo se desenhando nesse sentido, pelo menos dois de seus liderados se contrapõem à ideia. Um é o deputado Alcenir Guerra (PFL-PR), que acha a dissolução da atual Executiva e a convocação de eleições necessárias. Alcenir é vice-líder partidário.

Rádio e TV divulgarão trabalhos

O ante-projeto de regimento definitivo da Constituinte prevê, no regulamento administrativo da Assembleia, a criação de um serviço de divulgação dos trabalhos da Assembleia, dispondo ainda que as emissoras de rádio e televisão cederão diariamente períodos de 15 minutos pela manhã e à tarde, e de uma hora, à noite (23h30 a 0h30) dos dias úteis, para o noticiário da Constituinte.

Ainda segundo o texto em discussão, as TVs educativas cederão o dobro do tempo e diariamente. Nos grandes jornais das capitais brasileiras, o serviço de divulgação publicará súmula dos trabalhos constituintes.

Caberá à Mesa da Constituinte selecionar os órgãos de imprensa das capitais, «sendo de competência das lideranças fiscalizar as atividades do serviço de divulgação para que sejam objetivas e descritivas as notícias, tendo em vista a alta significação da Assembleia Nacional Constituinte».

O ante-projeto não indica a origem dos recursos que serão utilizados para a divulgação da Constituinte.

Sessões

As sessões da Constituinte, segundo o ante-projeto, serão realizadas, de segunda a sexta-feira, das 14 às 19 horas, ficando divididas entre dois expedientes de uma hora cada e uma ordem do dia com três horas. Extraordinariamente, a Assembleia poderá reunir-se a qualquer dia — inclusive domingos e feriados — desde que convocada pelo seu presidente, por deliberação da Assembleia ou a requerimento de qualquer dos líderes de partidos.

O número mínimo para a abertura dos trabalhos será de 94 constituintes, com uma tolerância de 15 minutos. As votações somente poderão ser realizadas com a presença da maioria dos constituintes (280).

Secretas

A Assembleia poderá realizar sessões secretas, desde que convocadas por 10 constituintes ou por líderes de partidos,

«cabendo ao presidente deferir esse requerimento ou submetê-lo à decisão do Plenário, se assim julgar conveniente».

Antes de encerrar uma sessão, a Assembleia resolverá se deverão ficar secretos ou constar da ata pública o seu objeto e o seu resultado».

Os processos de votação seriam quatro: o simbólico, o nominal, o eletrônico e o de escrutínio secreto.

Imprensa lutará contra limitação

Jornalistas que cobrem as atividades da Câmara e do Senado começaram a se mobilizar ontem contra o desejo de alguns constituintes de afastar os profissionais de imprensa do plenário da Assembleia, o que romperia uma tradição secular.

A versão original do regulamento provisório limitava a presença dos jornalistas à bancada de imprensa, mas, com a reação de alguns líderes partidários, como o do PDT, Brandão Monteiro, e do PCB, Roberto Freire, foi encontrada uma fórmula que, segundo Brandão Monteiro, assegura o antigo direito de livre circulação dos repórteres no plenário. Inicialmente estava escrito, no artigo 16 do ante-projeto de regulamento, que «no recinto das sessões serão admitidos exclusivamente os membros da Assembleia e os funcionários em serviço no plenário». A palavra «exclusivamente» foi retirada diante da reação dos líderes do PDT e do PCB.

Contudo, o artigo 12 do projeto de regimento definitivo da Assembleia, estabelece que «haverá locais reservados, notadamente para membros do corpo diplomático e altas autoridades e também para os representantes da imprensa, previamente autorizados pela Mesa». A manutenção desse dispositivo é que ameaçaria o livre desempenho da imprensa.

sessões da Constituinte, não se sabe ainda quando estas propostas poderão ser apresentadas em plenário para apreciação.

Perplexidade

O líder do PT na Câmara afirmou que está «perplexo com a improdutividade das sessões. Já nos reunimos três vezes e até agora, só decidimos quem será o presidente da Câmara e da Constituinte». Inconformado com a lentidão dos trabalhos, Lula declarou que se as «coisas continuarem desta forma levaremos mais de oito anos para escrever a Constituição».

Criticou principalmente a sessão de ontem, quando os trabalhos foram prejudicados por não se decidir a legitimidade do deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), para falar como líder de seu partido. «Isso é um problema externo», protestou o deputado.

Educação deve ter prioridade, diz Bornhausen

Fortaleza — A Constituinte não pode esquecer de dar prioridade à educação e, por isso mesmo, os constituintes devem manter os dispositivos que determinam percentuais, no que diz respeito à União, para a Educação no recolhimento dos impostos. Esta afirmação foi feita pelo ministro da Educação, Jorge Bornhausen, que está em Fortaleza, onde participou da abertura da 44ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e de inauguração de obras nas universidades federal e estadual.

MINISTÉRIO DA IRRIGAÇÃO

CODEVASF
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

EDITAL Nº 4/87

OBJETO: Fornecimento, transporte e instalação de quebra-Sol móvel (brise soleil) nas fachadas Oeste, Leste e Norte do Edifício-Sede da CODEVASF.

CONDIÇÕES: Empresas nacionais, industriais e/ou comerciais.

LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Edifício-Sede da CODEVASF, auditório, Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), Quadra 601 - Lote 1 - Brasília-DF - Dia 10 de março de 1987 - 15:00 horas. O edital poderá ser adquirido na sala 202, horário bancário, mediante o recolhimento de Cz\$ 500,00 (quinhentos cruzados)

Área de Administração e Finanças